

ESTADO DO CEARÁ
GOVERNO MUNICIPAL ARNEIROZ
Secretaria de Governo

LEI Nº 017/2009

DE 11 DE novembro DE 2009.

EMENTA: Estima a Receita e, fixa a Despesa e sua programação para o Exercício Financeiro que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARNEIROZ, ESTADO DO CEARÁ

Faz saber que a Câmara Municipal decretou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento do Município para o Exercício de 2010, composto pelas Receitas e Despesas do Tesouro Municipal estima a Receita e fixa a programação da Despesa em igual quantia de R\$ 10.285.000,00 (dez milhões, duzentos e oitenta e cinco mil reais).

Parágrafo Único - O Orçamento Geral é composto pelos seguintes orçamentos:

I. ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 6.867.850,00
II. ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 3.417.150,00
TOTAL GERAL	R\$ 10.285.000,00

Art. 2º - A Receita será realizada com o produto do que for arrecadado na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo 2 (Receita), parte integrante desta Lei.

Parágrafo Único. A Receita prevista fica distribuída nas seguintes fontes de receitas:

FONTES DE RECEITAS	PREVISÃO - R\$
1000 RECEITAS CORRENTES	11.333.520,00
1100 Receita Tributária	401.060,00
1200 Receita de Contribuições	22.000,00
1300 Receita Patrimonial	23.760,00
1400 Receita de Serviços	68.200,00
1700 Transferências Correntes	10.797.600,00
1900 Outras Receitas Correntes	20.900,00
2000 RECEITAS DE CAPITAL	264.000,00
Alienação de Bens	33.000,00
Transferências de Capital	231.000,00
TOTAL DA RECEITA BRUTA	11.597.520,00
Deduções das Receitas Correntes	(-) 1.312.520,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	10.285.000,00

Art. 3º - A Despesa será realizada conforme a programação das ações administrativas distribuídas nos Projetos, Atividades e Operações Especiais constantes dos Anexos 2 (Despesa) e, do Anexo 6 ao Anexo 9, que integram esta Lei.

Parágrafo Único. A Despesa fixada fica distribuída nos órgãos, segundo os Poderes Municipais:

I. PODER LEGISLATIVO:

ÓRGÃO	FIXAÇÃO - R\$
-------	---------------



Câmara Municipal	822.800,00
TOTAL DO PODER LEGISLATIVO	822.800,00

II. PODER EXECUTIVO:

ÓRGÃO	FIXAÇÃO - R\$
Secretaria de Infraestrutura Administrativa	2.808.850,00
Secretaria de Educação, Cultura e Desportos	3.791.700,00
Secretaria de Saúde	2.248.400,00
Secretaria de Assistência Social - FMAS	541.750,00
Reserva de Contingência	71.500,00
TOTAL DO PODER EXECUTIVO	9.883.940,00
TOTAL GERAL DA DESPESA	10.285.000,00

Art. 4º - O Poder Executivo, através de Decreto e no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação da presente Lei, estabelecerá o detalhamento por elemento de Despesa, correspondente aos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

Parágrafo Único. O detalhamento observará as Metas Fiscais, a Distribuição das Cotas Bimestrais e o Cronograma de Desembolso segundo os órgãos que integram a estrutura administrativa do Governo Municipal com recursos especificados nesta Lei, observada a classificação estabelecida na Portaria Conjunta STN/SOF nº 3, de 14/10/2008 - Manual de Receita Nacional e Manual de Despesa Nacional.

Art. 5º - Durante a execução orçamentária, o Chefe do Poder Executivo poderá limitar o empenho da despesa e bloquear saldos financeiros da distribuição das cotas bimestrais dos diversos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo, assim como alterar o cronograma de desembolso financeiro - no que couber -, para garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Fazenda Pública Municipal.

Art. 6º - Os valores insuficientemente contemplados no PPA para as realizações das respectivas despesas no exercício a que se refere esta lei serão complementados, orçamentária e financeiramente, de acordo com as disposições do art. 5º, §5º e art. 8º da Lei do PPA para o quadriênio 2010 a 2013, através de abertura de créditos adicionais por Decreto, na forma como dispõe o inciso III do art. 7º desta Lei.

Art. 7º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a:

- I. realizar operações de créditos destinadas à aquisição de diversos equipamentos, conforme estabelece a Lei Federal Nº 4.320/64 e Resolução do Senado Federal;
- II. realizar, até o dia 10 de janeiro do exercício financeiro, operações de crédito por antecipação da Receita, para atender insuficiência de Caixa, observadas a capacidade de endividamento e as disposições regulamentares do Senado Federal, identificando a despesa vinculada mediante a utilização do Identificador de Operações de Crédito - IDOC;
- III. abrir a qualquer época do exercício, até o limite de 100% (cem por cento) do valor estimado da Receita, créditos suplementares, inclusive sobre os créditos adicionais abertos durante a execução deste Orçamento, por projeto, atividade, operações especiais e/ou por elemento de despesa, segundo a oportunidade e conveniência administrativa utilizando como fundos os recursos previstos no art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64, respeitadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- IV. atualizar os valores orçados a preço da data da apresentação da proposta orçamentária, para os preços de janeiro do exercício a que ela se refere, observada



a variação do índice de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Getulio Vargas ou outro índice que venha a substituí-lo;

V. abrir créditos adicionais suplementares até o limite dos recursos transferidos pelos Governos Federal e Estadual, provenientes de convênios com destinação específica e ou de execução delegada, observadas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei do Plano Plurianual.

§ 1º - A utilização dos fundos para abertura dos créditos adicionais, depois de justificado o impacto orçamentário, obedecerá à ordem cronológica do § 1º, do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64 e as obrigações de curto prazo da Fazenda Pública Municipal dos exercícios anteriormente encerrados.

§ 2º - Os valores consignados nas ações do Plano Plurianual são considerados créditos plurianuais, desde que iniciada sua execução e segundo a respectiva ação no exercício a que se refere a presente Lei Orçamentária.

§ 3º - Os créditos adicionais autorizados no último quadrimestre do exercício a que se refere esta Lei terão vigência no exercício imediatamente seguinte, observadas as disposições do Art. 167 da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 4º - Os créditos adicionais poderão ser movimentados eletronicamente, observadas as normas gerais de direito financeiro e o estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a delegar aos gestores dos órgãos de sua estrutura administrativa a competência para movimentar as dotações orçamentárias atribuídas às respectivas unidades orçamentárias.

§ 1º. A consolidação dos resultados mensais da execução orçamentária ficará sob a responsabilidade do órgão Central de Contabilidade, nos termos do art. 66 e seu parágrafo único da Lei Federal nº 4.320/64, observado no que couber, as determinações e competências dos gestores responsáveis pelos respectivos órgãos.

§ 2º. Ocorrendo reestruturação dos órgãos do Poder Executivo, fica o Prefeito Municipal autorizado proceder ao remanejamento total ou parcial das dotações orçamentárias para outros órgãos, respeitados os respectivos valores originais consignados nesta Lei e a classificação orçamentária segundo os objetivos das ações a que estejam vinculadas.

Art. 9º - Durante a execução orçamentária as despesas classificáveis em Operações Especiais serão consignadas no órgão orçamentário transitório Encargos da Fazenda Pública, inclusive os créditos adicionais abertos com esta finalidade, vedada esta consignação nos órgãos da estrutura administrativa que compõem as Contas de Gestão.

Art. 10 - O Poder Legislativo e Executivo manterão de forma integrada sistema de controle interno com a finalidade de cumprir as determinações do art. 74 da Constituição Federal e proporcionar a imediata consolidação das contas públicas municipais resultantes da execução da presente Lei, sem prejuízo à independência e a competência dos respectivos controles internos.

Parágrafo Único. As disposições do caput deste artigo objetivam apoiar as atividades dos órgãos do sistema de controle externo e permitir a transparência, a publicidade e a avaliação do desempenho administrativo consolidado, resultante da execução orçamentária das contas públicas no exercício a que se refere.

Art. 11 - O detalhamento da despesa por elemento e Identificador de Uso - IDUSO e de Operações de Crédito - IDOC e, a respectiva vinculação aos recursos condicionados, serão objetos de decretos individualizados do Poder Executivo.

Art. 12 - Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de Janeiro de 2010.



Art. 13 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Arneiroz - CE, em 11 de Novembro de 2009

Antonio Filho

ANTONIO MONTEIRO PEDROSA FILHO

ANTONIO MONTEIRO PEDROSA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL
PREFEITO MUNICIPAL